

Cativos do Diamante. Etnoarqueologia, Garimpo e Capitalismo

Loredana Ribeiro*¹

¹ Doutora em Arqueologia, professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas - DAA/UFPel.

Resumo A introdução da mineração industrial no Brasil acompanhou a internacionalização e consolidação do capitalismo no mundo não europeu. Naquela época, início do século XIX, boa parte da população das Minas Gerais se dedicava à mineração em pequena escala, tratada então por *faiscação* e hoje por *garimpo*. Enquanto legisladores e cientistas oitocentistas criaram um discurso racional sobre a mineração local que imputava às formas tradicionais de exploração a decadência, o desperdício, a improdutividade e a pobreza, as narrativas garimpeiras descrevem um rico universo de interações entre comportamentos sociais e mundo material, onde homens, mulheres, crianças, técnicas, jazidas, artefatos e seus significados se entrelaçam. Este texto trata do conflito entre as duas formas de mineração, especialmente interessado nos modos de interação e nos meios pelos quais os coletivos locais reagiram (e reagem) às imposições da mineração capitalista.

Palavras-chave: Tecnologia, Mundo Material, Redes, Ação Coletiva, Minas Gerais.

1. Introdução

Ninguém nasce tradicional, é uma escolha que se faz quando se inova muito. (LATOURET, 1994)

De acordo com dados do IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) relativos ao ano base de 2011, das quase nove mil empresas de mineração em atuação no país, 41% delas estão no sudeste. Boa parte opera em Minas Gerais, o mais importante estado minerador do país, com 40 das 100 maiores minas do Brasil e com 67% do total nacional de minas mais produtivas (dados disponíveis em <http://www.ibram.org.br/>). A história desses empreendimentos de mineração no Brasil recua a mais de dois séculos atrás, ao contexto de internacionalização e consolidação do capitalismo (FALK, 1991; DEETZ, 1991; JOHNSON, 1996).

Ao longo do século XIX, em várias regiões de Minas Gerais, começaram a ser instaladas mineradoras com maquinário sofisticado, com carrinhos, bombas hidráulicas e guindastes, acompanhadas de novas formas de organização do trabalho. Na segunda metade daquele século, os fotógrafos europeus Marc Ferrez e Augusto Reidel capturaram diversas imagens de trabalhadores às voltas com o equipamento introduzido nas minas de

Mariana, Ouro Preto e Diamantina (publicadas em FERREZ, 2005 e LAGO e LAGO, 2005). Mas os portfólios destes fotógrafos também contêm belas fotos de exploradores solitários ou em duplas de adulto e adolescente ou criança, equipados apenas com suas bateias e carumbés. Naquela época, boa parte da população das Minas vivia da mineração de pequena escala, onde a exploração era conduzida por pequenos grupos familiares ou indivíduos solitários – a então chamada *faiscação*, hoje *garimpo*. Mesmo com todo o aparato de máquinas, conhecimentos, leis, escrituras e polícias que a acompanhava, a instalação da mineração industrial no Brasil não se deu de modo imediato, muito menos pacífico, mas pelo conflito. Conflito entre formas locais de mineração e formas capitalistas que aportavam nas Minas Gerais, região que já se dedicava, há mais de um século, a exploração de ouro e diamantes.

Diversos teóricos contemporâneos concordam que não existe uma estrutura social em separado e autônoma, mas que o social é um efeito relacional que se gera recursivamente e se auto-reproduz (LAW, 1992, ver também BOURDIEU, 2007, GUIDDENS, 2003). Nessa perspectiva, não há nada como uma ‘ordem social’, com um único centro, ou um conjunto único de relações estáveis. Pelo contrário, há ordens, no plural, e obviamente, há resistências (LAW, 1992). Na abordagem do ator-rede, por exemplo, o social se compõe por redes de certos padrões de

* email: loredana.ribeiro@gmail.com

materiais heterogêneos. A família, as organizações, a economia, tecnologias e quaisquer outras instituições são redes ordenadas de materiais heterogêneos cujas resistências foram superadas. Tais redes são compostas não apenas por pessoas, mas por elas e quaisquer outros materiais – objetos, animais, plantas, diamantes, textos, fantasmas... Não fosse essa heterogeneidade dos materiais que compõem as redes, a sociedade não existiria. No modo como essas redes são ordenadas é que são gerados efeitos como organização, desigualdade e poder (LAW, 1992).

É do conflito entre diferentes “ordens” e da caracterização de redes que as compõem que trata este texto. Em perspectiva histórica, reconhecer que ao menos desde o século XIX coletivos tradicionais têm sido excluídos e marginalizados nos processos de implantação de projetos econômicos não implica, de modo algum, em determinar que estas populações sejam vítimas passivas do capitalismo ao longo do tempo. A exclusão e a marginalização dos coletivos garimpeiros não são o resultado inevitável da suposta superioridade tecnológica e econômica da mineração industrial e capitalista, mas desigualdades construídas num conflito entre múltiplas agências em curso no mesmo momento. É importante tanto compreender a forma como essas desigualdades foram construídas, quanto dar visibilidade à ação local nesse conflito, que se expressa nas mobilizações contra as tentativas de imposição da mineração industrial, nas inovações e rearticulações que surgem desse processo.

A primeira parte do texto lida principalmente com a literatura de viajantes e memorialistas para delinear o discurso científico aliado da mineração capitalista contra as formas tradicionais de exploração praticadas no Brasil. Poderosos porta-vozes das novidades científicas e industriais europeias, naturalistas, geólogos, mineralogistas, intelectuais e viajantes elegeram a tecnologia local como responsável pelo declínio da mineração no Brasil. Na segunda parte, à leitura destes textos, como minhas interações com o coletivo garimpeiro de São João da Chapada e Sopa, distritos de Diamantina.¹ As narrativas garimpeiras sobre seu ofício e o passado de mineração na região auxiliam no delineamento do percurso do garimpo desde as faiscações dos primeiros tempos da mineração de ouro e diamantes até os dias de hoje. Se a contravenção e a clandestinidade foram desde cedo imputadas à mineração tradicional pela legislação brasileira e pelos empreendimentos minerários, a desobediência e a subversão foram algumas das formas garimpeiras de agir em resposta. Finalmente, o texto se encerra procurando detalhar e particularizar o conflito entre mineração tradicional e mineração industrial na perspectiva da história local do coletivo garimpeiro de Diamantina. O garimpo de mulheres e as articulações entre lugares, artefatos, saberes e pessoas

¹ As pesquisas em Diamantina foram apoiadas por Edital Universal FAPEMIG (2007) e Bolsa de Pós-Doutoramento Junior CNPq (2009). Durante os trabalhos de campo contei com a inestimável participação, constante ou eventual, de Angelo Pessoa Lima, Danielle Lima, Lucas Ramiro de Assis e Danielle Piuwana.

por ele mobilizadas são apresentadas como uma das inovações resultantes da interação entre garimpo e mineração industrial.

O título desse artigo faz alusão a uma classificação geológica dos garimpeiros e garimpeiras de Diamantina: cativos são minerais que aparecem associados aos diamantes e cuja presença ajuda a identificar o potencial de uma dada jazida. Mas também são ‘cativas’ todas as pessoas que, ao menos desde o final do século XVII, insistentemente procuram debaixo da terra o que não foram elas que guardaram lá: ouro e diamantes.² Este texto é sobre estas pessoas, garimpeiras, e suas relações com a mineração industrial que começou a se instalar nas Minas Gerais do século XIX. Talvez seja irônico que essa reflexão se origine de estudos técnicos financiados por empresas de mineração. Foi de projetos que coordenei para licenciamento arqueológico de empreendimentos mineradores na região Metropolitana de Belo Horizonte e no Alto Jequitinhonha que nasceu o interesse em aprofundar as micro histórias, que as evidências arqueológica e escrita indicavam, de protagonismo e mobilização de indivíduos e grupos locais contra os empreendimentos capitalistas (Ribeiro e Leanza 2006, Ribeiro 2007, Ribeiro e Patrocínio 2007). Desenredando elementos tão distintos quanto narrativas, escritos e sítios arqueológicos de Diamantina, surgem histórias que confirmam que, desde sua formação, o fenômeno mundial do capitalismo se sustenta em bases locais sempre conflituosas e, portanto, potencialmente instáveis.

2. “Métodos aperfeiçoados na Europa, estrangeiros hábeis e capitalistas”: a construção da subalternidade tecnológica da mineração local

Desde o final dos setecentos brasileiros ilustrados defendiam que a solução para a crise da mineração no Brasil estava na introdução de maquinário e saberes mineralógicos da moderna Europa em substituição aos seus obsoletos correspondentes na exploração da colônia (REZENDE, 1995; SILVA, 2006). Para eles, a decadência da exploração aurífera era consequência da inadequação técnica, como esclarece, por exemplo, o diagnóstico produzido em 1799 pelo mineralogista Vieira Couto, que defendia a introdução do “que já se praticava nas minas da Inglaterra, França, Rússia e, principalmente, na Alemanha, fazendo saber que algumas destas nações tinham escolas de mineralogia” (COUTO, 1994, p.64). Na mesma época, Antonio Pires da Silva Pontes Leme descrevia as condições técnicas das

² A menina Helena Morley, reproduzindo a fala de um comerciante que se recusava a ser sócio de seu pai na mineração: “Não, seu Alexandre, eu não deixo o meu negócio onde estou vendo o que tenho, para procurar debaixo da terra o que eu não guardei lá!” (MORLEY, 1998, p.71).

extrações no Brasil, deficientes e desperdiçadoras de tempo e dinheiro (LEME, 1896). Logo cientistas estrangeiros passaram a ser chamados para incrementar a introdução das mudanças, como o geólogo alemão Wilhelm Ludwig Von Eschwege, enviado às Gerais em 1810 pelo governo português para introduzir técnicas e modernizar os métodos de extração mineral (ESCHWEGE, 1979, p.47).

Outro elemento apontado nos diagnósticos era a organização dos empreendimentos, geralmente conduzidos por um indivíduo apenas, no lugar de associações de indivíduos e de recursos. Na região das minas de ouro, já nos primeiros anos do século XIX a distribuição das terras minerais passava a privilegiar os mineiros associados ou aqueles com maior número de escravos (Alvará de 13 de maio de 1803 em Calógeras 1904). Em 1817, foi autorizada a criação de companhias de mineração em Minas Gerais a partir de regulamento elaborado, com colaboração de Eschwege, para promover a “adoção do método regular da arte de minerar e o uso das máquinas de que se servem os Mineiros da Europa (...)”.³ Em 1824 foram permitidas as companhias internacionais de mineração, estimulando a entrada do capital, tecnologia e ciência da Europa do século XIX na mineração no Brasil. O decreto que aprovou a primeira sociedade internacional de mineração no Brasil o fez manifestando a intenção do estado de “(...) promover este ramo de indústria nacional, tão abatido, introduzindo, e vulgarizando os métodos aperfeiçoados na Europa, e atraindo estrangeiros hábeis, e capitalistas que possam fundar estabelecimentos grandes (...)”.⁴

Depois da Constituição de 1824, que tanto estabelecia que os recursos minerais eram propriedade da nação quanto garantia o direito individual pleno de propriedade (levando à interpretações conflitantes de que a posse da terra incluía o subsolo), a Constituição da República de 1891 transferiu o direito de explorar o subsolo ao proprietário da superfície (RENGER, 1999; MARTINS, 2008, 2012). Com as indefinições geradas pela Carta de 1824 e a adoção do direito fundiário em 1891, as jazidas de ouro e diamantes se concentraram, cada vez mais, nas mãos daqueles que tinham recursos para adquirir e regularizar os títulos de terras superficiais. Ao longo de todo o século XIX a legislação brasileira forneceu os ajustes e as ambiguidades jurídicas necessárias para favorecer o desenvolvimento da mineração industrial e a aplicação do capital internacional no Brasil.

Um dos efeitos de poder gerados pela introdução do capitalismo industrial na mineração foi a marginalização social dos coletivos garimpeiros, marginalização em grande parte sustentada pela visão de subalternidade tecnológica da mineração não capitalista. Técnicos e cientistas brasileiros e

estrangeiros tiveram (e, como se vê adiante, seguem tendo) participação importante na sedimentação dessa visão ao elaborar e difundir, em círculos bem mais amplos que os de atuação dos coletivos tradicionais, o discurso científico da subalternidade técnica da mineração local. Os primeiros porta-vozes desse discurso foram os cientistas e técnicos da virada entre os séculos XVIII e XIX (sobretudo geólogos, naturalistas e mineralogistas), logo seguidos por cientistas, viajantes e memorialistas do século XIX. Não apenas se atacava os grandes mineradores brasileiros e seus talhe-aberto ou grandes lavras nos terraços dos rios, como se construía e detalhava a imagem negativa da mineração colonial que ainda hoje se mantém no senso comum associada ao garimpo. Com a abertura dos portos brasileiros e franqueamento do território à observação dos cientistas estrangeiros, se consolidou o vínculo entre as formas locais de mineração no Brasil e o desperdício, a improdutividade e a pobreza. No discurso técnico-científico do século XIX sobre as explorações minerais, hegemônico na literatura de viajantes, os mineradores locais aparecem como um teimoso e ignorante personagem que obstaculiza o avanço do capitalismo e da modernidade:

É uma velha e justa observação de que a pródiga generosidade da natureza para com os países tropicais está longe de ser favorável ao desenvolvimento intelectual dos habitantes, ou ao seu progresso na civilização e nas artes (BUNBURY, 1981, p.105).

(...) é quase totalmente impossível a pessoa residente na Inglaterra fazer ideia de quão ignorantes são os brasileiros em quanto diz respeito aos processos mecânicos de minerar (LUCCOCK, 1975, p.309).

A lógica científica da época determinava que, avançados séculos desde as primeiras explorações minerais, as jazidas tenderiam a estar cada vez menos visíveis e acessíveis, exigindo técnicas, máquinas e saberes sobre a mineração cada vez mais específicos e avançados. A estes olhos, as formas anteriores de exploração permaneciam estáticas, teimosas e obstinadas, como dizem vários viajantes a respeito da recusa dos brasileiros em adotar os novos e sofisticados procedimentos da mineração “moderna”. Na virada do século XX Pandiá Calógeras (1904, p.158) ainda fazia coro aos detratores da mineração brasileira dos séculos anteriores:

Tudo estava por fazer-se. Era impossível, portanto, melhorar a situação geral das minas na parte relativa a racionalidade dos processos de manejo empregados, enquanto não viessem habitar o novo continente homens com o preparo técnico necessário para ensinar aos trabalhadores, aferrados a velhas usanças rotineiras, as normas lógicas da arte de minerar,

³ Carta Regia de 12 de agosto de 1817, disponível no Portal da Câmara dos Deputados:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-39403-12-agosto-1817-569548-publicacaooriginal-92789-pe.html

⁴ Decreto de 16 de setembro de 1824, disponível no Portal da Câmara dos Deputados: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38671-16-setembro-1824-567345-publicacaooriginal-90715-pe.html

já então bastante aperfeiçoada relativamente ao que se conhecia na capitania.

A resistência dos mineradores brasileiros em adotar a tecnologia que se impunha acentuou, ao longo do século XIX, o inflamado discurso científico de convencimento sobre a superioridade da tecnologia industrial. No conflito instalado, o discurso científico buscava amealhar praticantes da tecnologia capitalista, em geral tanto alheio aos insucessos da mineração europeia quanto à eficiência na permanência das formas locais de mineração.⁵ Nessa literatura, várias vezes o fracasso tecnológico da mineração brasileira é diretamente associado à ausência de interesse pelo trabalho e capacidade inventiva da população de origem africana que predominava nas áreas de exploração (RIBEIRO e LEANZA, 2006; PAIVA, 2002). Detalhava-se, assim, o primitivismo da imagem da mineração no Brasil de acordo com o evolucionismo cultural da época: os modos locais de minerar permaneciam presos à tecnologia arcaica do continente africano, reticentes à dinâmica da evolução oferecida pela tecnologia europeia.

Este discurso enraizado sobre as formas locais de mineração é um dos componentes da subalternidade tecnológica ainda hoje atribuída ao garimpo e à marginalização social e econômica a ele associados. A ideia do atraso tecnológico como condutor do declínio da mineração histórica no Brasil ainda ecoa em pesquisas recentes: por exemplo, F. Renger (1999, p.169) atribuiu a ausência de tecnologias mais avançadas de mineração na Colônia ao sistema brasileiro do minerador individual com seus escravos. Fazendo coro a Eschwege, para Renger, sistemas corporativistas eram mais eficientes na medida em que estimulavam a invenção e adoção de novas técnicas. Do mesmo modo, vários autores têm destacado o ‘impacto ambiental’ negativo promovido pelo uso de técnicas tradicionais, “precárias e rudimentares” (ver, por exemplo, ROMEIRO, 2005; CHAVES; MENEGHETTI FILHO, 2002).

O discurso da superioridade racional da mineração capitalista ilustra bem o que Bruno Latour (1994) chamou de dupla assimetria da noção de moderno, que tanto assinala uma ruptura na passagem do tempo (onde o moderno e dinâmico define, por contraste, um passado arcaico e estável) e assinala igualmente um combate finalizado, com vencedores e vencidos. Na perspectiva do conflito em curso (no lugar do combate encerrado), Latour propõe a noção de *controvérsia sociotécnica* para rastrear modos como favoráveis e contrários se associam em enfrentamentos num contexto de surgimento de um dado padrão tecnológico

⁵ Exceção deve ser feita ao explorador inglês Richard Burton, crítico ácido e sarcástico das ações inglesas na mineração no Brasil. Se referindo ao fracasso da Cata Branca (instalada nos flancos da serra do Pico de Itabirito), por exemplo, Burton o atribuiu aos gastos exagerados e ao desconhecimento geológico dos mineiros ingleses, já que a jacutinga era uma formação desconhecida e os ingleses, “*especialmente os da Cornualha*”, não admitiam ser ensinados ou admitir sua ignorância (BURTON, 1976, p.165).

(LATOURE, 2000). Estas controvérsias estão relacionadas ao modo como as escolhas (por exemplo aceitar ou rejeitar a introdução de uma técnica) afetam o arranjo operacional e os dispositivos de poder/saber de um coletivo (PREMEBIDA; ALMEIDA, 2009). Observando as interações entre mineração tradicional e mineração capitalista no Brasil do século XIX na perspectiva da controvérsia, os técnicos e cientistas são os porta-vozes mais audíveis. Seu discurso é amplificado pelas universidades, pela tipografia, mercado editorial, círculos sociais letrados e mais, influenciando inclusive a legislação. Estes porta-vozes alinham elementos humanos (outros técnicos e cientistas, políticos, empresas, também garimpeiros e mineradores proprietários) e não humanos (artefatos, conhecimentos, leis, métodos e técnicas, etc.) na organização e defesa de seus pontos de vista (LATOURE, 2000). Sinal do alcance e eficácia desses alinhamentos, ainda hoje se divulga principalmente o discurso desses porta-vozes, onde as posições contrárias à tecnologia industrial aparecem apenas como elementos de construção da subalternidade tecnológica da mineração tradicional: a resistência à adoção das novas técnicas e aparelhos era atribuída à preguiça, ao conservadorismo e a uma supostamente restrita capacidade intelectual.

A decepção dos cientistas oitocentistas frente à dificuldade de implementação das novas técnicas no Brasil, assim como seu inflamado discurso sobre a superioridade da nova tecnologia, são evidências de uma ação social estimulada pela dificuldade de aceitação local do padrão tecnológico que se buscava impor. A introdução da tecnologia industrial se deu no Brasil através da harmonização e funcionamento conjunto de elementos muito distintos, incluindo a legislação brasileira que reorganizou e redefiniu os direitos de exploração mineral; as novas máquinas e conhecimentos geológicos, mas também as novas organizações sociais do trabalho garimpeiro e outras inovações locais que tenham surgido nesse cenário. Mesmo que marcadas pelo campo das ciências e das técnicas, estas são escolhas que não se restringem a ele, pois elas pressionam mudanças nos padrões de produção, consumo e de institucionalização de novas práticas sociais na medida em que coletivos muito distintos inserem no mundo, e ao mesmo tempo, novos artefatos e conhecimentos tecnológicos (PREMEBIDA; ALMEIDA, 2009). As atuais assimetrias entre grupos e saberes locais e entre grupos e saberes capitalistas são desigualdades construídas num conflito e não o resultado inevitável de uma suposta superioridade dos segundos (LATOURE, 1994, 2008). A investigação de como esse conflito se constituiu vai lentamente permitindo compor o curso simultâneo de múltiplas agências coletivas, não apenas a de cientistas, administradores, políticos, literatos e proprietários, mas também de garimpeiras e garimpeiros.

3. Modos de minerar: faiscação, contravenção, garimpo

Nos séculos XVIII e XIX, uma importante parcela da população das Minas Gerais se dedicava à exploração mineral sem ser mineira - termo que aparece na documentação e na literatura de viajantes para se referir apenas aos mineradores proprietários de escravos e de títulos minerais. Essas pessoas, 'faiscadoras', praticavam uma mineração independente e em pequena escala, individualmente ou em pequenos grupos familiares. A maioria dos viajantes e memorialistas associou a faiscação à exploração de depósitos superficiais (ESCHEWEGE, 1979; SAINT-HILAIRE, 2000; SPIX; MARTIUS, 1981; BURMEISTER, 1980; SANTOS, 1976, CALÓGERAS, 1904), mas sabe-se que essas explorações de porte reduzido também podiam ser subterrâneas: o Bando de 1721 autoriza as explorações de pequena monta na encosta superior de um morro em Mariana, terras que não interessavam aos grandes mineiros da região, franqueando à população o direito de abrir 'buracos' (escavações subterrâneas) na área (Bando de 26 de setembro de 1721 em RENGER, 1999).

Na literatura de viajantes e memorialistas, a faiscação aparece tanto como um ofício de homens adultos, quanto como atividade econômica familiar. O naturalista francês Auguste Saint-Hilaire relata uma cena, na segunda década do século XIX, que dá pistas sobre o aprendizado na faiscação. Saint-Hilaire descreve a sequência de gestos ágeis e habilidosos do faisgador e sua bateia dentro do rio e conclui sinalizando uma introdução temprana das crianças no trabalho pelos adultos da família e com uso de artefatos de tamanho e peso adequados a sua estatura e força, artefatos que 'cresciam' junto com os pequenos: "Dois filhos desse mulato, mais ou menos tão bem vestidos como ele, lavavam a seu lado a areia aurífera em gamelas muito menores que a sua." (SAINT-HILAIRE, 2000, p.116). Seu J. morador octogenário de Sopa, conta que antes mesmo de alcançarem a idade, tamanho e maturidade para participarem de fato da exploração, as crianças mineravam de brincadeira: "Fazia um garimpo tipo brinquedo, um igualzinho eles faziam lá a gente fazia, pequena a canoa, o lavrado, aquele troço todo ali. As peneiras, a gente aproveitava as peneiras deles que estavam desocupadas e assim por diante".

Hoje os antigos faiscadores se auto-denominam garimpeiros e garimpeiras "com orgulho e força", como diz Dona E., de Sopa. Em sua multitemporalidade, o garimpo praticado em São João da Chapada e Sopa, distritos de Diamantina, articula técnicas tão antigas quanto dispor um objeto aderente sob a bateia ou peneira, para agarrar o ouro em pó, a materiais bem mais recentes, como carpetes industrializados e placas de cimento temperado; ou a organização sexual do trabalho de trituração mineral que Richard Burton observou no centro mineiro na década de 1860, à indústria de telecomunicações do final do século XX (RIBEIRO, 2009). O garimpo é sobretudo familiar, não há especialização do trabalho e a iniciação se dá (ou se dava, antes da proibição do trabalho infantil) bem cedo, perto dos 3-5 anos. A exploração mineral é sazonal, toda a

mão de obra da família, ou parte substantiva dela, se dedica também a outras atividades produtivas, notadamente a agricultura. A bem sucedida combinação do garimpo com outras atividades de subsistência é possibilitada, inclusive, por essa soma do trabalho da família inteira (LAURENCE, 1998, RIBEIRO, 2010).

Nas lavras atuais de garimpo podem ser observadas várias estruturas e procedimentos de mineração descritos desde o século XVIII. Veja-se, por exemplo, a *Boa*, o tipo de garimpo de rio que se vê na figura 1. Primeiro se faz um cerco parcial no rio, apenas para reduzir a corrente, e delimita-se a boa (cata submersa) com pequenas paredes de pedra do próprio leito. O garimpeiro ou a garimpeira se coloca na extremidade jusante da estrutura, a 'cabeceira da boa' e, com a ajuda de uma ferramenta especial, um híbrido de pá e ancinho com um cabo longo, de 5 ou 8m, conhecido por 'goiva', esvazia a cata de seu cascalho. Quando o longo cabo da ferramenta é puxado, no sentido da correnteza, pode-se trazer, com menor dificuldade, uma quantidade maior de material diamantífero e até remover pedras grandes, impossíveis de serem transportadas por um garimpeiro sozinho:

Porque a água ajuda. A água, tudo dentro da água é leve, né? Uma pedra que nós puxava nela [na goiva], uma pedra pesando uns oitenta quilo, a gente tirava ela na maior moleza. Na hora que chegasse cá fora a gente ia rolando, juntava dois pra rolar ela e um sozinho trazia (depoimento de A., morador de São João da Chapada, sobre o garimpo de boa no rio Pardo Grande).

De tempo em tempos, o material acumulado aos pés do garimpeiro ou garimpeira é lavado e apurado ali mesmo, ao lado da cata. Um dos mais antigos textos sobre a mineração nas Minas Gerais, escrito em 1711 pelo jesuíta José Antonil (1997), informa que este era um dos mais comuns métodos de mineração de rio na época e ilustra de forma esquemática as catas construídas nos rios (fig. 1). Um relato da década de 1830, de Emanuel Pohl, descreve um processo, similar ao atual, de retirada de material da cata de rio que ele observou na Zona da Mata:

Um negro, (...), levantou com um ancinho, de uma profundidade de cerca de sessenta centímetros, um bocado de terra misturada com pedras roladas do tamanho de um punho e a colocou em uma bandeja de madeira, mergulhando-a na água. Então mexeu tudo com a mão, jogou fora as grosseiras pedras roladas, deixando o resto dissolver-se; só ficou então a terra e, lavada esta, viu-se no fundo da gamela, de uns treze centímetros de profundidade, puro ouro em pó (POHL, 1976[1832], p.85).

Outras técnicas antigas ainda podem ser usadas, como abrir canais em terrenos inclinados e usar a água das chuvas que corria por eles para ajudar a remexer e lavar o cascalho de seu interior, ou desviar e conduzir através de canais a água de nascentes e riachos para o abastecimento da exploração de catas nas encostas secas. No século XVIII estas técnicas eram empregadas também pelos grandes serviços de mineração, mas articuladas à escala destes

empreendimentos, com mão de obra de dezenas ou centenas de trabalhadores escravos e exploração de áreas extensas. Se referindo aos canais de mineração em terrenos inclinados, Eschwege escreveu que “Nos extensos tabuleiros, onde os trabalhos são feitos em grande escala, como no serviço diamantino, assemelham-se perfeitamente essas escavações às trincheiras das fortalezas” (ESCHWEGE, 1979, pp.171-172, vol. 1).

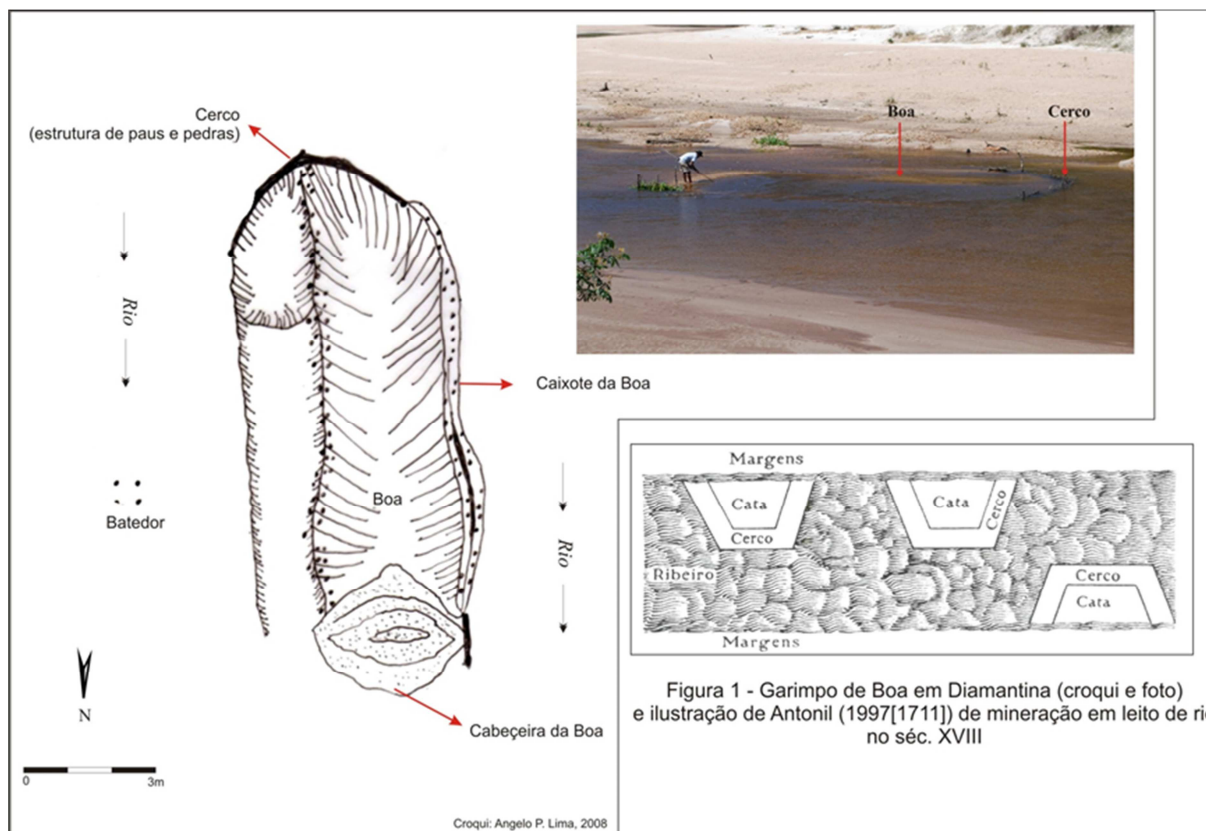


Figura 1. Garimpo de Boa em Diamantina (croqui e foto) e ilustração de Antonil (1997[1711]) de mineração no séc. XVIII.

Estruturas monumentais presentes nos grandes serviços de mineração, como aquedutos, bicames e mundéus, são desnecessárias no garimpo devido à pequena escala das explorações. Ainda assim, é provável que algumas delas sejam soluções e invenções de faiscaidores de outrora, logo depois encampadas pelos proprietários de minas e escravos. Um documento anônimo de 1749, por exemplo, relativo aos trabalhos de mineração na Vila do Príncipe (atual Serro) descreve os mundéus originais, tanques para decantação de grandes volumes de lama aurífera. Pelo relato, os mundéus corresponderiam a uma solução técnica de escravos que faiscavam por conta própria, em seguida seus senhores, avaliando os bons resultados da técnica, passaram a construir e transmitir por venda a propriedade dos tanques:

Nas posses de canoas e tanques que se acham pelos córregos para onde naturalmente pendem estas águas e areias que correm de cima dos serviços superiores, esta se adquiriu de

antigamente se animarem a faiscar alguns pretos, e pela conta que lhe achavam os senhores destes entraram a fazer tanques, uns mais pequenos e outros maiores, a que chamam mundéus, e nesta posse tem passado, por venda, de uns a outros possuidores (ANÔNIMO, 1749).

Na região de Diamantina, a ação dos exploradores solitários ou em grupos familiares independentes foi desde cedo proibida. Se as primeiras notícias de achados diamantíferos remontam à década de 1720, somente daí até 1739 as jazidas de Diamantina estiveram abertas às explorações de particulares, regidas pelas leis de mineração aplicadas desde o começo do século na região das minas de ouro do centro de Minas Gerais. Na Diamantina dos séculos XVIII e XIX, não bastava ter braços para a mineração para ter o direito de exploração regularizado.⁶ Através de

⁶ Na região das minas de ouro do século XVIII (centro mineiro), a posse de data mineral compreendia minas, casas, benfeitorias e terras

regulamentações próprias, a exploração de diamantes no Distrito Diamantino foi declarada monopólio da coroa portuguesa, primeiro com o sistema de contratos (1739-1771), depois com a Real Extração (1771-1832). Ambos previam aparatos policiais repressivos da exploração clandestina e do contrabando; postos policiais foram instalados nos seis pontos oficiais de acesso à Demarcação Diamantina para controle de trânsito de pessoas e mercadorias (BARBOSA, 1985; CALÓGERAS, 1904; COTTA, 2004; FURTADO, 2008, SAINT-HILAIRE, 2004; SANTOS, 1976).

Um dos postos policiais de controle e fiscalização da Demarcação Diamantina se localizava na Chapada Velha, hoje um conjunto de ruínas a 8km de São João da Chapada. O local abrigava desde a segunda metade do século XVIII a Guarda da Chapada, lotada no destacamento do Registro do Caeté-Mirim, um dos seis pontos de entrada no Distrito Diamantino (BARBOSA, 1985; COTTA, 2004). Quando Saint Hilaire visitou a Chapada, no começo dos oitocentos, relatou que a jazida aurífera local estava franqueada aos moradores do povoado, que dela tiravam seu sustento (SAINT-HILAIRE, 2004).

Nos quase cem anos de monopólio da exploração de diamantes pelo estado (1739-1832) a mineração de pequena escala, individual ou familiar, que potencialmente era praticada pela maioria dos habitantes da Demarcação Diamantina - pela população sem recursos, local ou atraída de outras áreas pela promessa de riquezas e oportunidades - se deu à margem da lei de Portugal. A partir do século XIX as lavras já trabalhadas pela Real Extração e as jazidas consideradas esgotadas eram franqueadas aos faiscaidores, primeiro de ouro, depois de diamantes, mas apenas na década de 1830 houve um significativo desimpedimento das lavras de diamantes da Demarcação Diamantina (Santos 1976). O Regulamento de exploração dos terrenos diamantíferos, de 1846, destina um capítulo aos faiscaidores, mais uma vez restringindo seu acesso às jazidas da região. Depois de um período de livre exploração das jazidas diamantíferas após a extinção da Real Extração em 1832, com o Regulamento, a mineração de pequena escala voltava a ser autorizada apenas em áreas pré-determinadas, ficando os faiscaidores proibidos de atuar livremente fora delas.⁷

compreendidas no perímetro concedido pelo título. A distribuição das terras auríferas se dava de acordo com a força de trabalho que o mineiro possuía para explorá-la: cada escravo dava direito à medida de duas braças e meia e era necessário um número mínimo de 12 escravos para a concessão de uma data inteira (VASCONCELOS, 1999; RENGER, 1999; ROMEIRO E BOTELHO, 2004). As principais motivações da coroa eram povoar a região das Gerais com o estímulo da mineração e manter o maior número possível de minas produtivas, o que potencializaria o rendimento dos impostos pagos à coroa sobre a exploração nas Gerais. Daí a distribuição de áreas pequenas para muitos mineiros, desde que tivessem braços para lavrá-las.

⁷ Decreto nº 465, de 17 de Agosto de 1846, disponível no Portal da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-465-17-agosto-1846-560510-publicacaooriginal-83552-pe.html>.

Mais uma vez, a economia tradicional era relegada à contravenção.

Claro que foi impossível controlar a desobediência civil no contexto da proibição da exploração de diamantes. Como provavelmente se dava em toda a Demarcação, as atividades dos moradores da Chapada não se limitavam às áreas onde a exploração era autorizada. Joaquim Felício dos Santos relata que o descobrimento do Pagão (lavra próxima a São João da Chapada) em 1824 foi obra de um morador da Chapada, que fez muito dinheiro antes que a Real Extração encampasse a jazida (Santos 1976). Talvez também fosse moradora da Chapada a idosa que Richard Burton identificou como a faiscaidora solitária que descobriu os diamantes da rica jazida do Barro - hoje Canal do Barro, lavra arqueológica no limite urbano de São João da Chapada (BURTON, 1983[1869]).

Dos faiscaidores do Distrito Diamantino dos setecentos surgiram os primeiros *garimpeiros*, pessoas que exploravam diamantes e por si mesmas vendiam sua produção para fora da demarcação, infringindo o monopólio real sobre a exploração e o comércio das pedras. De acordo com Saint-Hilaire, os garimpeiros mineravam em grupo, sempre com alguém de vigia para que, ao menor sinal de aproximação dos soldados, desse o sinal de fuga para as altas e escarpadas *grimpas* - daí o nome, por derivação (SAINT-HILAIRE, 2004). Pelo menos até a primeira metade do século XIX parece ter havido essa distinção entre garimpeiro e faiscaidor, com o banditismo associado ao primeiro termo. Na linha de Saint-Hilaire, alguns memorialistas locais encerram as atividades do garimpo (clandestino, contraventor) na virada dos séculos XVIII e XIX (SAINT HILAIRE, 2004, SANTOS 1976, MACHADO FILHO, 1935). O Regulamento de exploração dos terrenos diamantíferos, de 1846, por exemplo, sequer menciona garimpo, se refere aos pequenos mineradores como faiscaidores. Os relatos de viajantes e memorialistas do século XIX descrevem os faiscaidores como pessoas livres e sem recursos, que sobreviviam das modestas explorações, ou escravos que mineravam por conta própria em seus momentos de folga (por exemplo, BURMEISTER, 1980; ESCHEWEGE 1979; SAINT-HILAIRE, 2000; SPIX; MARTIUS, 1981).

Essa literatura sugere que, ao longo do século XIX, enquanto a mineração industrial começava a equipar e reorganizar as explorações em Minas Gerais, intensificava-se a marginalização da mineração de pequeno porte. Logo a palavra garimpeiro passou a designar, pejorativamente, qualquer lavra em pequena escala (como descreve BURTON (1976) em 1869). O relato feito por Johann Jakob von Tdusch (2006, p.109), viajante suíço-alemão que visitou Diamantina em 1858, trata claramente por garimpeiros os antigos faiscaidores:

Número considerável de pessoas livres (na maioria, de pele escura) denominados *garimpeiros* ocupa-se individualmente (ou com outros membros da família, ou com a ajuda de

uns poucos escravos) da cata de ouro e diamantes. Frequentemente possuem sua própria terra, onde plantam seus próprios alimentos (...).

As narrativas dos garimpeiros e garimpeiras de Diamantina problematizam tanto a ilegalidade imposta a seu modo de vida quanto as noções de ‘pobreza’ e ‘miséria’ imputadas ao garimpo no contraste com outras formas de mineração, fossem os grandes serviços com trabalho escravo, sejam as empresas atuais de mineração. A desobediência civil tem lugar, clara como o cristal que também se garimpa na região, na memória garimpeira sobre a Chapada Velha, conjunto de ruínas remanescentes do antigo povoado setecentista e oitocentista da Chapada (figura 2). Sobre a Chapada Velha, o que se lembra e o que se esquece reforça a identidade garimpeira da população atual, ora dissimulando, ora pondo em destaque a resistência e a subversão (RIBEIRO, 2013). No sítio arqueológico são visíveis várias estruturas do povoado, como uma rua calçada, alicerces, muros, uma ermida com paredes, currais, canais de abastecimento de água e mais. Segundo a tradição, o topo da colina era ocupado por bem sucedidos garimpeiros, com sua igreja no centro do terreno. Nestas narrativas a hierarquia espacial, que aparece no discurso dos viajantes, corografistas e memorialistas na relação centro-periferia entre o posto militar e o povoado civil, é totalmente subvertida. A presença da guarda militar é neutralizada pelo filtro da memória, a vigilância e o controle pelo estado são pontuados por uma discreta construção na periferia das ruínas, a cadeia. Suas ruínas ainda guardam as paredes, atravessadas de cima a baixo por buracos por onde os presos recebiam ar, água e alimentos. Arquitetas e arquitetos costumam identificar edificações deste tipo com uma ermida, mas o povo da Chapada não era muito dado a seguir as normas religiosamente. Numa narrativa fundadora de São João da Chapada, o povoado surgiu devido a um episódio de desobediência e às custas do antigo povoado da Chapada. Dona M. conta que o padre que vinha de Diamantina a cavalo para conduzir uma procissão de Santo Antônio, teve problemas com a montaria e se atrasou. O povo, no lugar de esperá-lo, deu início à procissão, tirando o santo da igreja e colocando-o na rua. Para agravar o atrevimento, quando questionados sobre seu direito de iniciar a cerimônia sem a presença do religioso, o povo enfrentou o padre:

(...) quando ele foi chegando já encontrou com a procissão. Encontrou com a procissão no meio da rua. Reclamou assim: “Quem que mandou ocês pôr esses Santos na rua, sem eu chegar?”. Aí falou assim: “Ó... que o senhor demorô, nós achou que o senhor não ia vir, então nós peguemo e coloquemo o Santo na rua pra fazer a procissão”. “Só que ocês tem o mesmo direito que eu tenho pra colocar Santo na rua?” Aí eles falou assim ó: “Eu acho que nós temo”.

O padre se exaltou, pegou os próprios sapatos e os bateu um contra o outro para bater a poeira da estrada e rogou: “Essa terra é excomungada. Essa terra fica aí pra formiga cabeçuda e tico-tico, é o que vai devorar isso aqui, isso aqui vai acabar”. Sem remédio contra maldição de padre, a praga se realizou pouco depois de rogada e a população fugiu dos pássaros e dos insetos se transferindo para o local atual, a 8km de lá.

Como qualquer outra organização tecnológica, o garimpo é um alinhavo de escolhas sociotécnicas de seus praticantes, escolhas que envolvem imbricados particulares de artefatos, técnicas e significados simbólicos em relações sociais (LEMONNIER, 2002; PFAFFENBERGER, 1998; RULE, 1998). O que faz o garimpo se construir constantemente e há tanto tempo são as formas como as relações nele estabelecidas são ordenadas, as coerências que agrupam os interesses e mediações heterogêneas em soluções que sejam coerentes para o coletivo (LATOURET, 2004). A incorporação de relações sociais em materiais inanimados e duráveis, como os sítios arqueológicos, é uma destas formas de ordenação que faz com que as relações estabelecidas no garimpo durem mais e tenham maior alcance (LAW, 2008; LATOURET, 2008). Além da Chapada Velha, é possível explorar a mediação de outros sítios arqueológicos na consolidação das relações sociais no garimpo. Assombrados, esses locais atuam juntamente com outros mediadores importantes, fantasmas narradores, ambos mobilizados por uma forma especial de organização do trabalho no garimpo, o chamado *garimpo de mulheres*, que por sua vez se liga ao enredo de inovações surgidas no contexto da introdução da mineração capitalista na região.

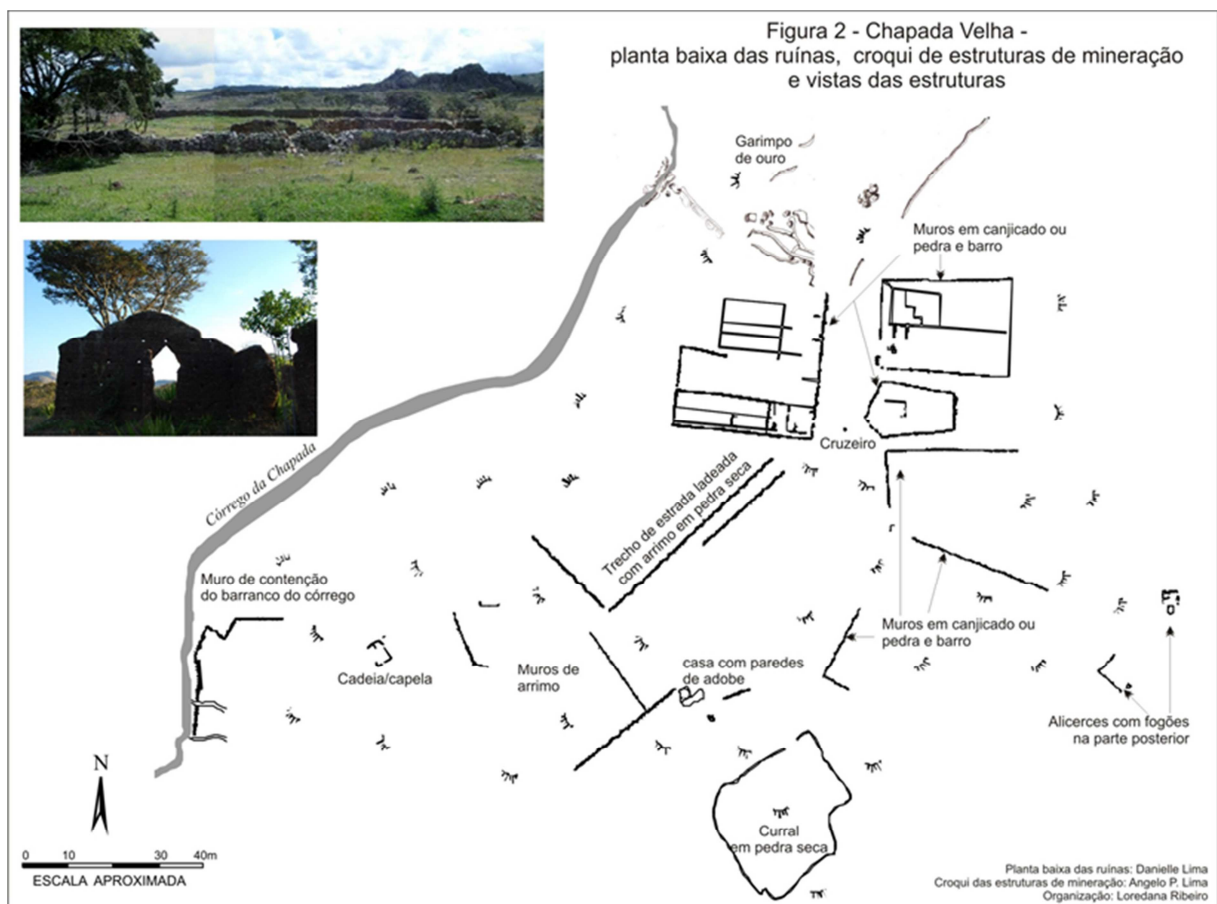


Figura 2. Chapada Velha – planta baixa das ruínas, croqui de estrutura de mineração e vista das estruturas.

4. Redes do garimpo e ação coletiva

Uma forma particular do garimpo praticado em Diamantina é o *garimpo de mulheres*, onde apenas mulheres com suas crianças e pré-adolescentes abrem pequenas frentes de mineração e desempenham todas as atividades de exploração e beneficiamento, às vezes incluindo a comercialização das pedras, sem participação masculina adulta. O número de gerações indicadas nas narrativas sobre o garimpo de mulheres sugere que estas práticas se dão na região ao menos desde as décadas finais do século XIX: meus interlocutores e interlocutoras octogenários foram iniciados nos mistérios do garimpo por suas mães e/ou avós, que por sua vez aprenderam a garimpar com mulheres da família. Estas narrativas também associam, com bastante frequência, o garimpo de mulheres à ausência dos homens da família, seja por trabalharem semanas ou meses consecutivos em acampamentos distantes de mineração, seja por terem se acidentado ou mesmo morrido em serviços diamantíferos.

Se o garimpo de mulheres é, como defendo, um rearranjo da organização social do trabalho tradicional no contexto do conflito com a mineração industrial, ele se articula a elementos surgidos em instâncias tão distantes da rotina garimpeira quanto os gabinetes de legisladores, de mineralogistas e de diretores de companhias de mineração, como as leis brasileiras do século XIX, a estratégia de exploração mineral capitalista das jazidas dos

conglomerados rochosos da região e o discurso científico sobre a mineração no Brasil.

Como já exposto, a legislação brasileira relativa à mineração contribuiu para que se acirrassem as disputas entre os garimpeiros e mineradores que tinham sua posse de terra regularizada - as companhias de mineração e os grandes proprietários de terras. Ao longo do séc. XIX a legislação cada vez mais restringiu a prática costumeira do garimpo em terras devolutas ou com autorização dos donos da terra (e mesmo com pagamento ou participação nos lucros). A reorganização e redefinição dos direitos de exploração mineral permitia inclusive o uso da força policial para expulsar os garimpeiros de áreas onde a exploração independente e em pequena escala se dava a gerações. Ao longo desse processo os grandes proprietários de terras concentravam em suas mãos os terrenos diamantíferos, criavam os estabelecimentos minerários, reduzindo ainda mais as jazidas disponíveis para a garimpagem e mobilizando a mão de obra masculina local nestas companhias. Devido à distância, nesses estabelecimentos eram construídos ranchos para armazenamento de suprimentos e abrigo dos trabalhadores. Paralelamente ao esbulho das terras livres à exploração dos pequenos garimpeiros, as novas minas de diamante que se abriam criavam as condições para a proletarização do trabalho, sobretudo de homens adultos. Nos acampamentos de mineração, a presença feminina, quando havia, se restringia a atividades domésticas, como cozinhar e limpar.

Inúmeros moradores da região mencionam estabelecimentos longínquos onde seus pais ou avós trabalharam permanecendo semanas ou meses sem contato com suas famílias ou comunidades de origem (para um belo relato feminino e adolescente dos longos períodos de ausência doméstica do pai, um inglês minerador de poucos recursos, ver o diário de Helena Morley escrito entre 1893-95).

Numa situação de incremento da captação de mão obra masculina e adulta pelos acampamentos de mineração, uma das soluções do coletivo garimpeiro de Diamantina parece ter sido a forma de mineração braçal onde a exploração é conduzida apenas por mulheres e suas crianças, desde cerca de três anos de até 12-14 anos de idade. São numerosos dos relatos de crianças entregues aos cuidados de avós, madrinhas, tias ou outra parenta, por pais que se empregavam em firmas de mineração, e mesmo de mães que voltavam com seus filhos para a casa materna nos períodos em que o marido se empregava nas companhias. Seu J, 85 anos, junto com outras oito crianças, parentas ou não, foi criado no garimpo pela avó, mesmo depois que os filhos dela cresceram. A adoção informal e o acolhimento de mulheres e crianças são formas tradicionais de solidariedade coletiva que parecem ter se intensificado com a mobilização da força de trabalho masculina nos acampamentos. Na situação de incremento da captação de mão obra masculina e adulta pelos acampamentos de mineração, o acolhimento ou criação de parentes e afilhados, fortalecia os vínculos entre famílias e indivíduos e favorecia outra mobilização de trabalho: o feminino e o infantil. Como práticas de solidariedade coletiva, elas fixavam as mulheres e crianças na comunidade de origem, ajudando inclusive a manter numericamente o coletivo garimpeiro em situação de crise.

Organizado nessa conjuntura, o garimpo de mulheres é uma inovação, uma rearticulação de elementos tradicionais da mineração em novas associações de atores estabelecidas no século XIX para lidar com as inseguranças geradas pela implementação de um novo padrão tecnológico. O garimpo de mulheres é, assim, uma ação coletiva contra as mudanças impostas pela mineração industrial, promovendo a aceitação de outro tipo particular de conhecimento tecnológico – o garimpo.

Teóricos da rede social, como John Law e Bruno Latour, defendem que os mediadores que intervêm para que as interações sociais durem mais e tenham maior alcance são justamente atores não humanos (LAW, 1992, 2008; LATOUR, 2008). Uma boa pista de como se dá a coerência social do garimpo é interação entre garimpeiros, garimpeiras, seres sobrenaturais e ruínas de antigas mineradoras. O breve exemplo que segue mostra como atores não humanos, animados e inanimados podem incidir sobre as pessoas, contribuindo com a duração e o alcance dos vínculos sociais no garimpo, informando e reforçando sobre a atuação do coletivo garimpeiro no conflito sociotécnico acerca da mineração de ouro e diamantes (RIBEIRO, 2013).

Locais bem próximos dos povoados de São João da Chapada e Sopa são povoados por espíritos de criança e

mulheres e suas histórias de vida são sempre de abandono. Diz-se que a criança chora no Canal do Barro foi deixada pela mãe que não a podia cuidar, para que fosse recolhida por algum trabalhador - mas o bebê sucumbiu ao frio da noite. As mulheres são noivas abandonadas às vésperas da cerimônia, elas sempre aparecem em trajes nupciais. São belas e atraentes, num relato adolescente uma das noivas se vestia com mini-saia, top e véu brancos. Um fantasma sexy, portanto.

Curiosamente, esses locais assombrados costumam ser relativos a ruínas e escombros das mineradoras que começaram a se instalar na região em meados do XIX; ainda que essas jazidas possam ter sido exploradas por garimpeiros após o fechamento das empresas, não conheço ainda histórias de fantasmas em locais apenas explorados à moda garimpeira, que são muito mais frequentes e numerosos nas proximidades das povoações que os sítios arqueológicos de companhias de mineração. No Canal do Barro, na periferia imediata da concentração urbana de São João da Chapada, aparece a Noivinha da Bica d'Água e o Bebê Que Chora.

O Canal do Barro é numa gigantesca cata alongada, com cerca de 20m de altura e 100m ou mais de extensão (figura 3). Em seu interior, estruturas construídas e abandonadas nos últimos 200 anos formam um palimpsesto de técnicas de mineração. A jazida teria sido descoberta por uma faisadora solitária e logo encampada pelo Visconde de Barbacena, que já em meados da década de 1830 explorava a lavra (BURTON, 1981). Registro fotográfico de 1869, feito por Augusto Reidel, integrante da comitiva de Richard Burton, mostra uma casa das máquinas instalada próxima à cata, com sua alta e fumegante chaminé indicando o maquinário da mina. Grandes obras de preparação foram necessárias às explorações do século XIX, como a transposição de um trecho do rio São João e explosões nos barrancos do rio para viabilizar o acesso às partes mais ricas do depósito diamantífero – os garimpeiros e garimpeiras mais velhos tratam esse período como a “época do fogo [explosões] no Barro”. Em Sopa, o fantasma costuma esperar apoiado num bloco rochoso ao lado da estrada. O bloco residual marca o limite entre a Mina Califórnia, antiga lavra explorada no século XX, e as casas do distrito.

Medo, frustração e insegurança são emoções transmitidas pelas assombrações de mulheres e crianças. A incidência desses fantasmas sobre a ação rotineira das pessoas é variada: as mulheres que ouvem o bebê atravessam a noite rezando pela alma do pequeno e lamentando as crianças que se foram, no dia seguinte se redobram nos cuidados com as que ficaram; as pessoas podem mudar seus caminhos costumeiros para evitar passar à noite pelos locais das aparições; outros, mais destemidos, pelo contrário, espreitam, e se vislumbram os fantasmas das noivas se aproximam – somente para descobrir que são silhuetas sem rosto. Na feliz expressão de Heloisa Starling (2002), “fantasmas são contornos preenchidos de significado”. E é pelos significados que os fantasmas nas ruínas assumem que

eles têm potencial para incidir de modo mais prolongado na ação das garimpeiras e garimpeiros.

Como narrativas de experiências, noção que Walter Benjamin (1996) usou para definir as narrativas tradicionais, as histórias dos fantasmas do garimpo são utilitárias na medida em que aconselham recorrendo à experiência que passa de pessoa a pessoa e conferem autoridade a sua comunicação pela força de evocação da morte. Estes fantasmas narram a participação feminina e infantil nas interações tecnológicas da mineração (um mundo geralmente perspectivado como masculino e adulto), narram soluções coletivas frente a conflitos específicos e, ao fazê-lo comunicando sua própria experiência, são também conselheiros. Mas, recorrendo de novo a Benjamin, “aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada” (BENJAMIN, 1996, p.2000).

E as duas coisas são necessárias para que a narrativa possa realizar sua atividade original de aconselhamento: é preciso alguém receptivo ao conselho e é preciso que a narrativa seja bem conduzida. Sobre o primeiro ponto basta lembrar que a criança que chora é um “fantasma auditivo” que nunca aparece, mas é ouvido toda a noite, e que no escuro da madrugada algumas pessoas se aproximam o bastante da noiva para ver que ela não tem rosto. Audição e visão são sentidos mobilizados por estas assombrações, sugerindo então que elas de fato recebem a atenção que demandam ao chorar alto e aparecer. O bem contar, a eficácia da narrativa, por sua vez, é favorecido pelas ruínas, e é assim que os sítios arqueológicos incidem sobre o curso da ação dos fantasmas (a própria narrativa, o como fantasmas de mulheres e crianças abandonadas aparecem em locais de exploração de diamantes. As ruínas frequentadas por esses seres atuam como monumentos negativos, lugares conflituosos, repositórios de memória negativa mobilizada em estratégias de esquecimento (MESKELL, 2002). O que faz o conjunto de interações sociais do garimpo ter a aceitação, durabilidade e alcance que tem, são as formas como as relações nele estabelecidas são ordenadas. A incorporação de relações sociais em materiais inanimados e duráveis - como os sítios arqueológicos - faz com que estas relações durem mais que aquelas baseadas apenas nos discursos, por exemplo. A interpretação de eventos passados a partir da cultura material é um dos principais apoios da construção da memória garimpeira. A memória se constrói e se renova através de narrativas, comportamento ritual, objetos... e também lugares: espaços inscritos com significados especiais - por exemplo devido a um evento passado, mítico ou histórico (VAN DYKE e ALCOCK, 2003). Os seres sobrenaturais que frequentam os sítios arqueológicos da mineração industrial reforçam a materialidade desses locais e, também eles, narram experiências, percepções, relações sociais e ideias que, por sua vez, mediam as associações que filtram o que vai ser lembrado, como vai sê-lo, e o que é esquecido (conforme HALBWACHS, 2006, KOFES e PISCITELLI, 2006). Para os moradores de São João da

Chapada e Sopa, os lugares assombrados são espaços emocionais cuja caracterização nas narrativas aparece recursivamente suportada pelas associações feitas entre os lugares e as relações sociais, técnicas e cultura material que os contextualiza (cf. FELD e BASSO, 1996). O entendimento que as garimpeiras e garimpeiros parecem fazer do passado a partir desses lugares articula antigas e atuais relações sociais e simbólicas aos vestígios arqueológicos. Quando essas articulações são olhadas mais de perto, vê-se que elas problematizam as aclamadas subalternidades sociais e tecnológicas da garimpagem.

O passado garimpeiro de São João da Chapada, por exemplo, é um tempo saudoso de bem estar e fartura, onde as ruínas da Chapada surgem como um de seus símbolos maiores. Segundo a tradição, o vasto topo da colina era ocupado por bem sucedidos garimpeiros, com sua igreja no centro do terreno. A presença da guarda militar é neutralizada pelo filtro da memória, a vigilância e o controle pelo estado surgem instalados numa discreta construção na periferia das ruínas, a cadeia, edificação com arquitetura de ermida. Nas narrativas garimpeiras, a hierarquia espacial, que aparece no discurso dos viajantes, corografistas e memorialistas na relação centro-periferia entre o posto militar e o povoado civil, é subvertida e a relatada falta de recursos e de influência dos moradores civis, é deslocada dos moradores para o estado.

A associação de ruínas arqueológicas e fantasmas de bebês e noivas se ata ao enredo de inovações, de ajustamento de existência coletiva e de novas associações entre humanos e não-humanos que se estabeleceram com a introdução da tecnologia industrial de mineração. A força deste vínculo na dinâmica de mudança do garimpo reside no desejo dos indivíduos em ganhar aceitação para um tipo particular de conhecimento, a tecnologia do garimpo. Essa aceitação é acumulada pela associação de indivíduos uns com os outros, mas com também com as ruínas, com os fantasmas e outros objetos, pela interação, compartilhamento e troca de conhecimentos (Latour 2008). Decerto que as narrativas destes atores não-humanos são de conflito e abandono, mas não apenas isto. Estas não são histórias de derrota, são narrativas sobre diferentes agentes com figuração atribuída, são narrativas de ação coletiva. É essa dinâmica de mudança do coletivo garimpeiro que o faz se reconstruir seguidamente, no lugar de desaparecer com a introdução do novo padrão tecnológico.

A legislação brasileira do século XX deu sequência às restrições e opressão das práticas tradicionais de garimpo, cada vez mais reduzindo as áreas passíveis de exploração e impondo normas à organização do trabalho. O último golpe (ao menos por enquanto) foi dado pela Lei 7.805, de 1989, que instituiu o regime de permissão de lavra garimpeira, autorizando a exploração por empresa de mineração após estudos prévios de licenciamento ambiental. Claramente uma resposta às atividades informais de exploração da Serra Pelada, na Amazônia, esta lei deslegitima e atropela violentamente a história e a organização social do trabalho no garimpo. À intensa repressão dos primeiros anos pós-lei

(e são abundantes os dolorosos relatos do excesso de violência e força e das humilhações impostas à homens, mulheres e crianças que eram retirados de seus locais de trabalho, algemados e reunidos em locais públicos antes de serem liberados) seguiu-se, desde o início do século XXI, a vigilância incrementada pela proteção dos santuários ecológicos de Diamantina - os distritos de São João da Chapada e Sopa encontram-se na área de entorno de uma unidade de conservação estadual e uma federal. Qualquer atividade extrativa, seja ou não regulada por legislação específica, é sumariamente proibida dentro e nas áreas de entorno dos parques. Mais de três séculos passados desde os primeiros descobertos de pedras e metais preciosos, o estado segue excluindo e marginalizando as populações garimpeiras. A estratégia da vez é 'transformá-las' em agricultoras e criadoras de gado com incentivos econômicos e técnicos do governo.



Figura 3. Canal do Barro, acima em plena atividade na década de 1860 (fotografia de Augusto Riedel, em Lago a Lago, 2005), abaixo atualmente. As setas indicam estruturas do século XIX que ainda podem ser vistas: uma barragem (à esquerda) e uma estrada (no centro).

REFERÊNCIAS

[1] ANÔNIMO. História da Vila do Príncipe e do modo de lavar os diamantes e extrair o cascalho [1750]. In: FIGUEIREDO, L. R. de A.; CAMPOS, M. V. (Coords.). **Código Costa**. Belo Horizonte:

Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 1, doc. 129, 1999.

- [2] ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas** [1711]. Lisboa: Oficina Deslandiana. Reimpressão Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1997.
- [3] BARBOSA, W. de A. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.
- [4] BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** [1935]. Obras escolhidas, vol. 1:197-221. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- [5] BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- [6] BUNBURY, C. J. F. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais [1833-1835]**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora de São Paulo, 1981.
- [7] BURTON, R. F. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho [1869]**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1976.
- [8] BURTON, R. F. **Viagens aos Planaltos do Brasil [1869]**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação pró-Memória, tomo 2, 1983.
- [9] CALÓGERAS, J. P. **As Minas do Brasil e sua Legislação**. Vols. I, II, III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.
- [10] CHAVES, M. L. de S. C.; MENEGHETTI FILHO, Í. Conglomerado Diamantífero Sopa, Região de Diamantina, MG – um marco histórico da mineração de diamante no Brasil. In: SHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. DNPM/CPRM-SIGEP. Brasília, 2002, vol. 1.
- [11] COUTO, J. V. **Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas** [1799]. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- [12] DEETZ, J. Archaeological Evidence of Sixteenth and Seventeenth-Century Encounters. In: FALK, L. (Ed.) **Historical Archaeology in Global Perspective**. Smithsonian Institution Press, Washington D.C, 1991, p. 1-10.
- [13] DYKE, R. M Van; ALCOCK, S. E. Archaeologies of Memory: An Introduction. In: VAN DYKE, R.

- M; ALCOCK, S. E. (eds). **Archaeologies of memory**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003, p. 1-14.
- [14] ESCHWEGE, W. L. Von. **Pluto Brasiliensis**. [1833]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- [15] FALK, L. **Historical Archaeology in Global Perspective**. Smithsonian Institution Press, Washington D.C., 1991.
- [16] FELD, S.; BASSO, K. H. **Senses of Place**. Santa Fe: School of American Research Press, 1996.
- [17] FERREZ, M. **O Brasil de Marc Ferrez**. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2005.
- [18] FURTADO, J. F. **O livro da Capa Verde: o regimento diamantino e a vida no diamantino no período da Real Extração**. São Paulo: Annablume, 2008.
- [19] GUIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- [20] HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.
- [21] JOHNSON, M. **An Archaeology of Capitalism**. Blakwell, Oxford, 1996.
- [22] KOFES, S.; PISCITELLI, A. **Memórias de 'Histórias Femininas, Memórias e Experiências'**. *Cadernos Pagu*, Campinas, 8:343-354, 1997.
- [23] LAGO, B.; LAGO, P. C. **Os Fotógrafos do Império – a fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: Capivara, 2005.
- [24] LATOUR, B. **Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- [25] LATOUR, B. **Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- [26] LATOUR, B. **Políticas da Natureza – como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.
- [27] LATOUR, B. **Ressamblar lo social – una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manatíal, 2008.
- [28] LAW, J. Actor-network theory and material semiotics. In: Turner, B. S. ed. **The New Blackwell Companion to Social Theory**, 3rd Edition. Oxford: Blackwell, pp. 141–158, 2008.
- [29] LAW, J. **Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity**. *Systems Practice* 5: 379-393, 1992.
- [30] LAWRENCE, S. Gender and Community structure on Australian Colonial Goldfields. In: KNAPP, B.; PIGOTT, V.; HERBERT, E. W. (Eds). **Social Approaches to an Industrial Past – the archaeology and anthropology of mining**. London and New York: Routledge, pp. 39-58, 1998.
- [31] LEME, A. P. da S. P. **Memória: Sobre a utilidade pública de se extrair o ouro das Minas, e os motivos do pouco interesses que fazem os particulares que minerão actualmente no Brazil [ca1800]**. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, (1):420. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto, 1896.
- [32] LEMONNIER, P. Introduction. In: LEMONNIER, P. (Ed.) **Technological Choices**. Transformation in Material Cultures in the Neolithic. London, Routledge, 2002, p. 1-35.
- [33] LUCCOCK, J. **Notas sobre Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, entre 1808 e 1818. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- [34] MACHADO FILHO, A. da M. **O negro e o garimpo em Minas Gerais [1929]**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- [35] MARTINS, M. L. A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica. *Geonomos*, Belo Horizonte, 16(2): 69-77, 2008.
- [36] MARTINS, M. L. A mineração de diamantes e a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. *Revista de História*, São Paulo, 167: 129-163, 2012.
- [37] MESKELL, L. Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology. *Anthropological Quarterly*, Washington, 75(3):557-574, 2002.
- [38] MORLEY, H. **Minha Vida de Menina [1893-95]**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- [39] PAIVA, E. F. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo. In: PAIVA, E. F., ANASTASIA, C. M. J. (orgs). **O trabalho mestiço - maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI e XIX**. São Paulo: Annablume: Bel Horizonte: PPGH/UFMG, 2002.
- [40] PFAFFENBERGER, B. Mining communities, chaînes opératoires and sociotechnical systems. In: KNAPP, B.; PIGOTT, V.; HERBERT, E. W.

- (Eds). **Social Approaches to an Industrial Past – the archaeology and anthropology of mining**. London and New York: Routledge, 1998, p. 291-300.
- [41] POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil** [1832]. São Paulo: EDUSP, 1976.
- [42] PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Controvérsias em biotecnologia: das ontologias sociais e seus desdobramentos políticos. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, Rio de Janeiro, 2009. v. 1. p. 1-29.
- [43] RENGER, F. E. Direito Mineral e Mineração no Códice Costa Matoso (1752). In: **Varia História: Códice Costa Matoso**. Belo Horizonte, nº. 21, p.1-448, jul. 1999.
- [44] REZENDE, M. E. L. de. Estudo crítico. In: ROCHA, J. J. [1780]. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p.13-66.
- [45] RIBEIRO, L. **Arqueologia e Etnohistória das Técnicas de Extração Mineral em Diamantina/MG: das garimpeiras e garimpeiros contemporâneos aos exploradores coloniais**. Relatório Final Edital de Demanda Universal FAPEMIG, 2009.
- [46] RIBEIRO, L. Cobra, Cadeia e Assombração. O passado outro nas narrativas garimpeiras sobre os sítios arqueológicos. In: RIVOLTA, M. C.; MONTENEGRO, M.; FERREIRA, L. M. (Eds). **Multivocalidad Y Activaciones Patrimoniales en Arqueología: Perspectivas Desde Sudamerica**. Buenos Aires: Universidad De Buenos Aires, 2013 (no prelo).
- [47] RIBEIRO, L. **Gênero, tecnologia e memória – etnoarqueologia do garimpo tradicional**. Relatório Final, Bolsa de Pós-Doutoramento Junior, Belo Horizonte: PPGAN/UFMG-CNPq, 2010.
- [48] RIBEIRO, L.; LEANZA, D. A mineração nas Gerais do ouro: um diálogo entre os testemunhos arqueológicos e históricos. In: **XIV Congresso da SAB - Arqueologia, Etnicidade e Território**, Florianópolis. Resumos. Florianópolis, p. 190-191, 2007.
- [49] RIBEIRO, L.; LEANZA, D. O complexo arqueológico do córrego Cuiabá e o mito das tecnologias rudimentares e ineficazes da mineração nas Gerais Colonial. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 19: 65-87, 2006.
- [50] RIBEIRO, L.; PATROCÍNIO, J. **Córrego Cuiabá - Arqueologia e história da mineração do ouro em Sabará**. CD-ROM Multimídia. Belo Horizonte, 2007.
- [51] ROMEIRO, A. A História das Minas entre o Sertão e o Império. In: COSTA, A.G. **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Lisboa: Kapa Editorial, 2005, p. 206-221.
- [52] ROMEIRO, A.; BOTELHO, A. V. **Dicionário Histórico das Minas Gerais: período colonial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- [53] RULE, J. A Risky Business: Death, Injury And Religion In Cornish Mining C. 1780-1870. In: KNAPP, B.; PIGOTT, V.; HERBERT, E. (Eds). **Social Approaches To An Industrial Past – The Archaeology And Anthropology Of Mining**. London And New York: Routledge, 1998, p. 155-173.
- [54] SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais [1817-1822]**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- [55] SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil [1817-1822]**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.
- [56] SANTOS, J. F. dos. **Memórias do Distrito Diamantino [1862-68]**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- [57] SILVA, C. P. da. **Naturalistas e viajantes brasileiros**. ComCiência, nº 77, Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=14&id=122>>. Acesso em 23 de setembro de 2013.
- [58] SPIX, J.B Von; MARTIUS, K. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 3vols., 1981.
- [59] STARLING, H. M. M. Fantasmas da Cidade Moderna. **Revista Margens/Márgenes**, Buenos Aires, Belo Horizonte, v. 1, p. 66-75, 2002.
- [60] TSCHUDI, J. J. von. **Viagens através da América do Sul [1857-59]**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2v., 2006.
- [61] VASCONCELOS, D. de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

Agradecimentos

Às garimpeiras e ex-garimpeiras que conheci em São João da Chapada, Sopa e Guinda: pela hospitalidade, pelos cuidados com o Francisco, pela confiança, pela força, pela sorte e pela fé.

Diamond's Captives. Ethnoarchaeology, Garimpo and Capitalism

Loredana Ribeiro¹

¹ Ph.D. in Archeology, professor at UFPel.

Abstract The introduction of industrial mining in Brazil followed the internationalization and consolidation of capitalism in the non-european world. At that moment, beginnings of the XIX century, a large portion of Minas Gerais population was dedicated to a small-scale form of mining, known then as *Faiscação* and today as *Garimpo*. As the nineteenth century's scientists and lawmakers adopted a rational discourse about the brazilian mining that ascribed decay, waste, unproductive methods and poverty to the traditional forms of exploration, the local narratives described an universe rich in interactions between social behaviors and material world, where men, women, children, technology, diamonds natural deposits, artifacts and their meanings entangle. The intention here is to understand the conflict between those two forms of mining, with special interest for the interactive ways and modalities by which local collectives reacted (and react) to the capitalist-mining impositions.

Key words: Technology, Material World, Networks, Collective Action, Minas Gerais/Brazil.

Informação sobre a autora

Loredana Ribeiro (UFPel)

Endereço para correspondência: Rua Alberto Rosa, 154. Pelotas. Rio Grande do Sul. Brasil. CEP: 96010-770.

E-mail: loredana.ribeiro@gmail.com

Link para currículo: <http://lattes.cnpq.br/9808273617730203>

Artigo Recebido em: 11-10-2013

Artigo Aprovado em: 11-11-2013